

GEOGRAFIAS DA (IN)SEGURANÇA E  
VULNERABILIDADES SOCIAIS EM CONTEXTO  
URBANO: ANÁLISE MULTIVARIADA DE UM  
INQUÉRITO À POPULAÇÃO NA CIDADE DO PORTO<sup>350</sup>

---

DRA. ANA AMANTE  
*Universidade do Porto, Portugal*

DR. MIGUEL SARAIVA  
*Universidade do Porto, Portugal*

## RESUMO

A Segurança é considerada um dos pilares elementares da qualidade de vida nas cidades, mas é principalmente nestas que se concentram as maiores oportunidades de ocorrência de incivildades e crimes e, conseqüentemente, dos maiores sentimentos de insegurança registados. Esta problemática tornou-se ainda mais significativa quando as disparidades e as vulnerabilidades espaciais se acentuaram no período pós- crise e, mais recentemente, com a atual pandemia COVID-19.

Porém, apesar do paradigma da segurança ter sofrido alterações aos longos das últimas décadas, de um modelo reativo para um preventivo, a dimensão geográfica da criminalidade permanece frequentemente negligenciada, não só em termos da espacialidade dos próprios eventos criminais, como da associação destes a fenómenos de vulnerabilidade e insegurança urbana. A forma como a população percebe a sua segurança é de difícil medição e a expressão territorial da criminalidade, a várias escalas (da nacional à local), raramente tem sido objeto de estudo, principalmente na sua articulação com as políticas públicas e de segurança.

Pretende-se dar contributos para esta articulação entre as diversas componentes da segurança, os contextos urbanos e as políticas de planeamento, usando como caso de estudo a cidade do Porto, em Portugal. Como fonte de dados, utilizou-se um inquérito

---

<sup>350</sup> Este capítulo faz parte do Projeto POCI-01-0145-FEDER-030748, Miguel Saraiva, CANVAS – Towards Safer and Attractive Cities: Crime and Violence Prevention through Smart Planning and Artistic Resistance, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização COMPETE 2020 e Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Esta investigação também recebeu o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado pela FCT com a referência UIDB/04084/2020.

à população sobre segurança urbana, sentimento de (in)segurança e qualidade de vida, destinado a residentes permanentes e trabalhadores/estudantes. As respostas de cerca de 500 inquiridos foram comparadas com análises estatístico-espaciais derivadas de dados provenientes de outras fontes oficiais (sociodemográficas e criminais). A análise comparativa da criminalidade, insegurança e de outros fenómenos da vulnerabilidade, sob uma perspetiva espacial comum, permite suportar um debate sobre estratégias preventivas de base local, adequando-as a comunidades e a contextos urbanos específicos. Os contributos desta análise permitem circunscrever caminhos alternativos para a integração de estratégias preventivas de base local, na prevenção da criminalidade, na redução do sentimento de insegurança e, consequentemente, na redução da vulnerabilidade social.

## PALAVRAS CHAVE

*Segurança Urbana, Sentimento de (in)segurança, Inquérito à população, Análise multivariada, Vulnerabilidades.*

## INTRODUÇÃO

A Segurança Urbana permanece como uma problemática pertinente e atual, tanto das agendas internacionais como nacionais. Convergindo para vários objetivos do desenvolvimento sustentável (como o domínio 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ou o domínio 16 – Paz, Justiça e Fortes Instituições), a segurança urbana é considerada um dos pilares subjacentes à mediação do bem-estar e da Qualidade de Vida nos espaços urbanos (OECD, 2020). Por esse motivo, tem sido progressivamente tida em conta nos mecanismos de mediação de vulnerabilidades sociais e territoriais (Artelaris, 2017; Marques *et al.*, 2019), especialmente em anos recentes e em contextos de crise socioeconómica.

De facto, apesar da generalizada diminuição estatística da criminalidade (Eurostat, 2019), os sentimentos de insegurança continuam a aumentar, fruto não só das consequências da crise, como muito recentemente devido à pandemia COVID-19 (Macharia *et al.*, 2020; Estévez-Souto, 2020; Campedelli *et al.*, 2020; Boman e Gallupe, 2020). Estes fenómenos acentuaram, em larga escala, as disparidades territoriais e as desigualdades socioeconómicas das populações (Amante *et al.*, 2021; Oneto, 2019; Madanipour e Weck, 2015). O reflexo destas dissemelhanças é

especialmente preocupante num período pós-COVID-19 e é expectável que estes problemas tenham repercussões ao longo dos próximos anos, requerendo a monitorização das políticas face a cenários de risco distintos (Bilmes, 2020; Marques *et al.*, 2020).

A vulnerabilidade é um conceito com múltiplas facetas (Brown *et al.*, 2017) e, nesse sentido, a compreensão das problemáticas de cariz social, económico e territorial podem e devem auxiliar a medir os problemas de (in)segurança urbana. Fatores associados à desordem social e à eficácia coletiva (Grönlund e Diniz, 2016; Kamalipour *et al.* 2014; St. Jean, 2007), podem influenciar positiva ou negativamente a perceção de segurança, principalmente nos territórios mais desfavorecidos e segregados. Mas a própria forma como os espaços urbanos são concebidos também constitui um fator influenciador (Saraiva *et al.*, 2016), como tem sido objeto de estudo das disciplinas da criminologia ambiental (Andresen, 2014; Weisburd *et al.*, 2016; Wortley e Townsley, 2016).

Como escrevem Weisburd *et al.* (2016), “o lugar importa” e as manifestações espaciais dos fenómenos criminais não são homogéneas, originando consequências em termos de coesão social e territorial (Neves, 2020; Amante *et al.*, 2020; Sucic e Karlovic, 2017). Porém, a integração entre as geografias de vulnerabilidades – incluindo as geografias da (in)segurança – e a espacialização das políticas de planeamento e prevenção (Tulumello *et al.* 2020; Marques *et al.*, 2019) é ainda reduzida. Por um lado, os indicadores de vulnerabilidade social normalmente não incluem indicadores relativos à (in)segurança (Lee, 2014; Leal, 2010); enquanto as dimensões geográficas e urbanísticas da criminalidade são muitas vezes negligenciadas na definição destas estratégias (Weisburd *et al.*, 2016, Artelaris, 2017; Madanipour e Weck, 2015; Tulumello, 2014). Por outro, não existe uma visão holística na abordagem às problemáticas da segurança urbana, adequando-as à multiplicidade do conceito de vulnerabilidade.

Assim, torna-se necessário encontrar mecanismos para analisar e integrar as diferentes componentes da segurança urbana (Machado, 2019), nomeadamente os fatores “objetivos” (associados às estatísticas de criminalidade e socioeconómicas); e os fatores “subjetivos”, relacionados com a

percepção de medo e insegurança (Reid *et al.*, 2020; Silva, 2019; Valera e Guàrdia, 2014; Sani e Nunes, 2013); posteriormente relacionando-os com os diferentes contextos territoriais. Esta integração é essencial para a definição de políticas de planeamento e segurança eficazes, adequando-as consoante as especificidades de cada território (Hunt, 2019).

Portugal enfrenta igualmente estes desafios. Por um lado, possui uma criminalidade estatística decrescente desde 2008 (INE, 2020), e está em terceiro lugar a nível mundial no Índice de Paz Global (IEP, 2020). Por outro, como um dos países mais severamente afetados pela crise económica, possui sentimentos de insegurança significativos (Tulumello, 2018) e contextos relevantes de vulnerabilidades socioeconómica (Marques *et al.*, 2019). Estas preocupações estão manifestadas nos modelos integrados de policiamento de intervenção que entraram em vigor há pouco mais de uma década (Diretiva Estratégica nº10/2006) e que catalisaram uma mudança de paradigma de um modelo reativo para um preventivo. De forma mais abrangente, estão também plasmadas no atual Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, Lei nº99/2019) que aponta claramente para a criação de mecanismos que regulem as desigualdades territoriais a diferentes escalas através de estratégias multidimensionais. Ao nível da segurança, prevê-se assim que se desenvolvam estratégias públicas de prevenção baseadas na integração multinível de atores e na criação de ferramentas de apoio, suportadas em diagnósticos quantitativos e qualitativos (Amante *et al.*, 2021; Oneto, 2019).

Respondendo a estes desafios, esta investigação pretende dar contributos para esta articulação entre as diversas componentes da segurança, os contextos urbanos e as políticas de planeamento, através de uma análise integrada tendo por base a cidade do Porto, em Portugal. Numa fase final, foram comparadas as várias freguesias do Porto tendo em conta três níveis de análise: criminalidade estatística; os problemas e a percepção de insegurança; e o sentimento de pertença e eficácia coletiva.

## 1. FATORES RELACIONADOS COM A (IN)SEGURANÇA

Segundo Machado (2019), a segurança urbana é, atualmente, um conceito enquadrado num domínio mais vasto, o da Segurança Humana. Como tal, abrange questões de natureza macrossocial, como também de mudanças específicas que ocorrem nas sociedades. Conhecer e entender as necessidades atuais da população, em geral, implica o desenvolvimento de uma abordagem multissetorial para a segurança, afim de conciliar uma variedade de políticas. Estas incluem medidas de prevenção da criminalidade; reformas institucionais; investimento público; mudanças na relação entre Estado, autarquias e comunidades; vontade política ampla; mas também a sustentação em diagnósticos que adotem sistemas de informação e de intervenção mais modernos e eficazes (UNDP, 2019).

No âmbito desta investigação, a segurança urbana associa-se, primeiramente, a preocupações relativas ao espaço público e às suas componentes morfológicas e geográficas. Como descreveu Jacobs (1961), é o espaço público que define a cidade, sendo uma questão central da vivência urbana, dos fenómenos urbanos e das relações sociais. Consequentemente, é indissociável da perceção e o sentimento de (in)segurança. Segundo Neves (2020), a criminalidade ocorrida no espaço público é significativa, com tendência para aumentar, e corresponde, em Portugal, a um terço de todas as categorias criminais existentes.

Nesse sentido, ganham destaque as teorias da criminologia ambiental. Entre elas, o conceito CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) refere que é possível, através do desenho, do planeamento e da gestão dos espaços urbanos, criar condições físicas e psicológicas para que um ofensor tenha menor predisposição para cometer um crime e para que um legítimo utilizador se sinta mais seguro (Saraiva *et al.*, 2019). Mais recentemente, a criminologia dos lugares defende que a criminalidade se concentra em locais específicos, com características específicas (morfológicas, sociais e contextuais), e que são estáveis ao longo do tempo, o que permite suportar a implementação de estratégias de prevenção orientadas (Weisburd *et al.*, 2012).

Deste modo, para além da dimensão objetiva da criminalidade, é necessário contemplar igualmente a sua vertente “subjéctiva” (Araújo, 2019). Segundo Santos (2012), a abordagem criminal deve extravasar as técnicas estatísticas associadas aos registos criminais, para se basear numa análise sistémica que agrega métodos qualitativos e quantitativos com base em fatores sociodemográficos, espaciais e temporais (South e Messner, 2000).

Assim, a investigação recente tem-se centrado numa panóplia de domínios, incluindo os sentimentos de insegurança (Rêgo e Fernandes, 2012; Bastos, 2020); a eficácia coletiva (Sampson e Raudenbush, 2004; St. Jean, 2007; Hipp, 2016); a desordem social e física (Innes, 2004; Henson e Reynolds, 2015; Hicks e Brown, 2013; Garcia, 2006); as características do espaço público (Newman, 1972; Saraiva *et al.* 2016; Weisburd *et al.* 2016); o sentimento de pertença e de comunidade (Ornelas e Moniz, 2014; Skolnick e Bayley, 2006); as perceções sobre a criminalidade (Leite, 2005; Agra, 2017); o grau de confiança nas organizações de segurança ou questões de vitimização e participação (Tandogan e Ilhan, 2016; Gray *et al.*, 2011; Seabra, 2005).

Porém, se a influência integrada destes domínios no sentimento de segurança e na qualidade de vida tem sido abertamente discutida por vários autores (Amante *et al.*, 2021; Reid *et al.*, 2020; Galster e Sharkey, 2017; Braga e Clarke, 2014), a medição em unísono destas componentes e a sua contemplação na espacialização das políticas públicas (Oneto, 2019; Marques *et al.*, 2019), tem-se mostrado mais limitada. Não só devido à exigência da recolha de dados múltiplos sobre as experiências sociais e da vivência dos indivíduos, como também pela dificuldade em delimitá-los empiricamente devido à variedade de contextos urbanos e sociais existentes.

## 2. METODOLOGIA

Esta investigação pretende explorar as dinâmicas integradas das perceções de segurança, ao nível local e na cidade do Porto. Para tal, primeiramente, recorreu-se a um inquérito por questionário, criado no âmbito do Projeto de investigação “CANVAS” (*Crime and Violence Prevention*

*through Smart Planning and Artistic Resistance*; 2018-2021), sediado na Universidade do Porto. Em seguida, os resultados do inquérito, ao nível do sentimento de insegurança, sentimento de pertença e eficácia coletiva, foram comparados com outros dados estatístico-espaciais de criminalidade e de natureza socioeconómica, provenientes de outras fontes oficiais. Nomeadamente, foram utilizados dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e as estatísticas de criminalidade registada no ano de 2018 (a informação mais recente cedida pela Polícia de Segurança Pública do Porto – PSP). Os dados recolhidos foram espacializados e as análises foram realizadas com suporte a Sistemas de Informação Geográfica (SIG), nomeadamente o software ArcGIS.

## 2.1. INQUÉRITO

Tal como anteriormente discutido, considerou-se pertinente que o inquérito aplicado incidisse quer em questões de segurança “objetiva”, quer “subjéitiva”. Para tal, recolheram-se variáveis quantitativas e qualitativas sobre segurança urbana, sentimento de (in)segurança e qualidade de vida. O inquérito foi constituído por 31 questões principais de várias tipologias, divididas em sete grupos (Figura 1): 1) Dados sociodemográficos; 2) a Vivência na cidade; 3) o Sentimento de (in)segurança; 4) a relação com o Espaço urbano; 5) os Sentimentos de pertença e de comunidade; 6) as Perceções sobre a criminalidade; e, 7) questões sobre Vitimização e Participação.

O inquérito foi dirigido a todos aqueles que residem ou estudam/trabalham no município do Porto. Devido à situação pandémica vivida a nível mundial e em Portugal desde março de 2019, o inquérito foi aplicado em formato online em diversas plataformas de divulgação local e nacional, entre junho e dezembro de 2020. Foi obtida, nesta primeira fase da análise, uma amostra de 485 inquéritos válidos, considerada significativa (com nível de confiança de 95% e margem de erro máxima de 5%).



Figura 1: Estrutura do inquérito CANVAS sobre segurança urbana.

## 2.2. O PORTO COMO CASO DE ESTUDO

Ao nível administrativo, a cidade do Porto é constituída por sete freguesias (Bonfim; Campanhã; Paranhos; Ramalde; União das Freguesias (UF) de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; UF do Centro Histórico; e UF de Lordelo do Ouro e Massarelos) e cobre uma área total de 41,42 Km<sup>2</sup> (Figura 7). De acordo com o último Censos populacional, residiam na cidade 237 591 habitantes (INE, 2012).

Como segunda cidade do país, o Porto regista taxas de criminalidade acima dos valores nacionais, encontrando-se entre os municípios portugueses com maiores incidências. Entre 2009 e 2019, a taxa de crimes registada no Porto apresenta uma tendência relativamente uniforme, geralmente decrescente, com a variação mais significativa a ocorrer entre 2014 e 2016 (Figura 2). Contudo, o pico de 2015 poderá ser explicado pela adição de duas novas categorias ao Código Penal Português (Decreto-Lei nº48/95, de 15 de Março), passando estas a ser sete: contra as Pessoas, contra o Património, contra o Estado, de Legislação Avulsa, contra a Identidade Cultural e Integridade Pessoal, e contra Animais de Companhia.

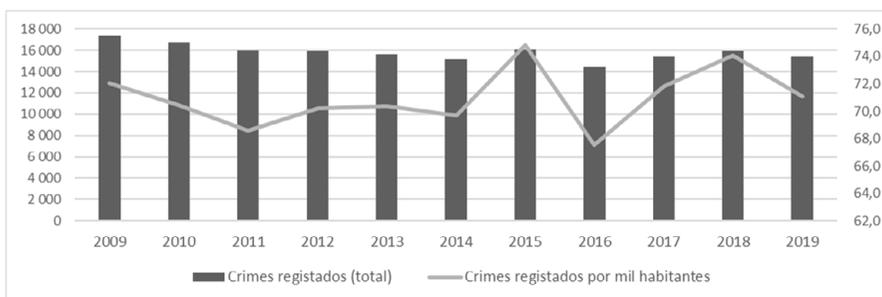


Figura 2: Distribuição do total de crimes registados no Porto entre 2009 e 2019  
 Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça

Os crimes com maior expressão são os contra o Património, incluindo, maioritariamente, furtos em veículo motorizado, por carteirista, a edifícios comerciais e residenciais e burlas (Figura 3). Apesar de uma queda entre 2015 e 2016, o número de ocorrências tem-se mantido em anos recentes em redor das 10 mil/ano. Seguem-se os crimes contra as Pessoas, com cerca de 3 mil ocorrências por ano (incluindo, por ordem decrescente de ocorrências, crimes contra a integridade física, violação de domicílio, violência doméstica e ameaça e coação). Depois, surgem os crimes contra a Vida em Sociedade, com perto das 2 mil ocorrências por ano (incluindo contrafação de moedas falsas, condução de veículo com taxa de alcoolémia proibida por lei e detenção ou tráfico de armas proibidas). Comparativamente, as restantes categorias de crimes registam valores residuais.

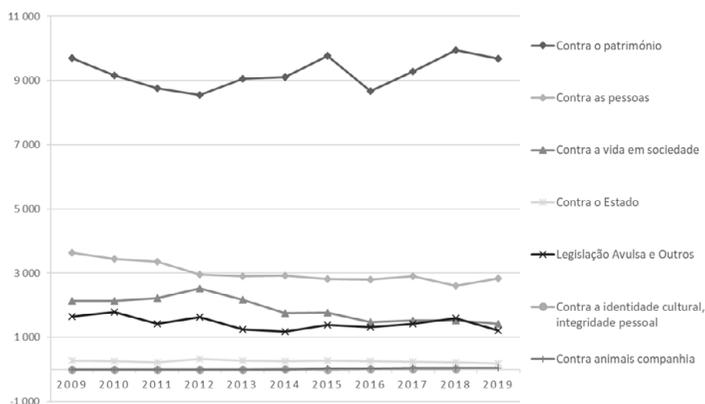


Figura 3: Total de crimes registados por categoria no Porto  
 Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça

### 3. RESULTADOS

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O inquérito foi maioritariamente respondido pelo género feminino (61%) face ao género masculino (39%). As idades dos inquiridos variaram entre os 17 e os 85 anos, com a média a situar-se nos 34 anos. A maioria dos inquiridos trabalha (46%) ou estuda (38%) verificando-se que mais de 50% detêm um grau de ensino superior, enquanto 37% possuem o ensino secundário completo. Os níveis do rendimento mensal, por agregado familiar mais significativos, concentram-se entre os 1000€ e os 1500€ (24%), observando que cerca de 35% dos inquiridos declarou ter rendimentos entre 1500€ e 2000€ e superiores a 3000€.

#### 3.2. A SEGURANÇA NA CIDADE

De uma forma geral, os inquiridos caracterizam o Porto como uma cidade segura (86%). Quando questionados sobre os fatores que mais influenciam a sua qualidade de vida, cerca de 80% dos inquiridos deram a cotação máxima (numa escala de 1 a 5) a “viver num local sem criminalidade” e “sentir-me seguro”, a par de “ter acesso a boas condições de habitação” (78%) e, em menor grau, ter boa acessibilidade a diversos pontos da cidade (60%). Pelo contrário, 80% dos inquiridos que responderam que o Porto era uma cidade insegura, também referiram problemas de mobilidade urbana e acesso à habitação, demonstrando uma associação direta entre estas variáveis.

O sentimento de segurança urbana face à cidade parece ter aumentado, comparativamente, nos últimos dez anos. O número de respostas 4 e 5 (numa escala de 1 - muito inseguro a 5 - muito seguro), aumentou de 43% no período da crise económica (2008-2013) para 64% nos cinco anos seguintes (Figura 4). Nota-se, no entanto, uma pequena mas pouco significativa queda no ano de 2020, talvez causada pela crise pandémica.

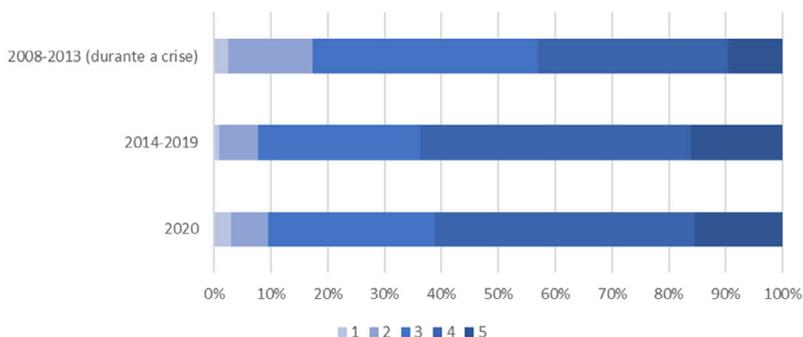


Figura 4: Avaliação do sentimento de segurança no Porto em três períodos temporais (1 - muito inseguro; 5 - muito seguro)

Paralelamente, denota-se um forte sentimento de pertença em relação à cidade do Porto, com 71% dos inquiridos a responder que sente pertencer ou pertencer totalmente (respostas 4 e 5 numa escala de 1 a 5). Esta resposta é superior, mesmo que apenas ligeiramente, ao sentimento de pertença relativo à área de residência dentro da cidade ou em concelhos periféricos (67%).

Mesmo assim, quando questionados sobre o nível de criminalidade na cidade (escala de 1 a 5), 43% dos inquiridos responderam o nível intermédio 3; e cerca de 20% cada um dos níveis 2 e 4. As respostas mais baixas (baixo nível de criminalidade; níveis 1 e 2) provieram geralmente dos residentes do município, e as respostas mais altas (alto nível de criminalidade, níveis 4 e 5) provieram de quem apenas trabalha e estuda no concelho. O nível intermédio foi respondido por ambos estes tipos de frequentadores da cidade. Cada inquirido considerou, geralmente, a sua zona de residência como tendo menos criminalidade que a cidade em geral (70% das respostas nos níveis 1 e 2). Apesar de, como visto acima, existir um menor sentimento de pertença em relação à área de residência, isto demonstra a necessidade de se sentir seguro nesse local.

Assim, quando questionados sobre quem comete crimes, os inquiridos parecem considerar mais os “estranhos” à sua zona de residência. Dos inquiridos que moram no Porto, apenas 10% respondeu que quem cometia os crimes eram pessoas da sua área de residência, com 45% a responder, respetivamente, pessoas “fora da área de residência” ou

“ambos”. Dois terços dos inquiridos consideram que os ofensores têm entre 25 a 45 anos, e outros tantos (78%) que provêm de contextos desfavorecidos como bairros sociais.

Convém, no entanto, salientar que independentemente destas respostas, 60% dos inquiridos confessou nunca ter assistido a uma ocorrência, e metade (51%) reportou nunca ter sido vítima de qualquer crime. Tal enfatiza a relação entre a perceção e a realidade que está subjacente ao sentimento de insegurança.

### 3.3. RELAÇÃO COM AS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS

Teorias da criminologia ambiental como a da prevenção situacional (Clarke e Cornish, 1985), das atividades de rotina (Cohen e Felson, 1979) ou a CPTED (Newman, 1972; Saraiva *et al.*, 2011; 2016), referem que as características dos “lugares” podem levar a mudanças de comportamentos individuais, quer dos ofensores, quer dos legítimos utilizadores. No inquérito realizado, cerca de 57% dos inquiridos afirma que nunca ou raramente (1 e 2 numa escala de 1 a 5) evita locais ou percursos da cidade na sua rotina diária por motivos de segurança. No entanto, ao avaliar certos locais e características do espaço público, destacam-se vários geradores de insegurança.



Figura 5: Locais geradores de (in)segurança  
(Média de respostas obtidas, numa escala 1 - muito inseguro; 5 – muito seguro)

Avaliando, de uma forma geral, como cada espaço faz sentir os utilizadores da cidade (numa escala de 1 - muito inseguro a 5 – muito seguro), as pontuações mais baixas foram atribuídas a “zonas abandonadas ou devolutas” ( $\bar{x} = 2.1$ ); “bairros sociais” ( $\bar{x} = 2.6$ ) e “parques de estacionamento” ( $\bar{x} = 2.1$ ) (Figura 5). Já em espaços públicos, e junto a escolas e paragens de transporte, a segurança percebida é superior (médias de resposta próximas de 4).

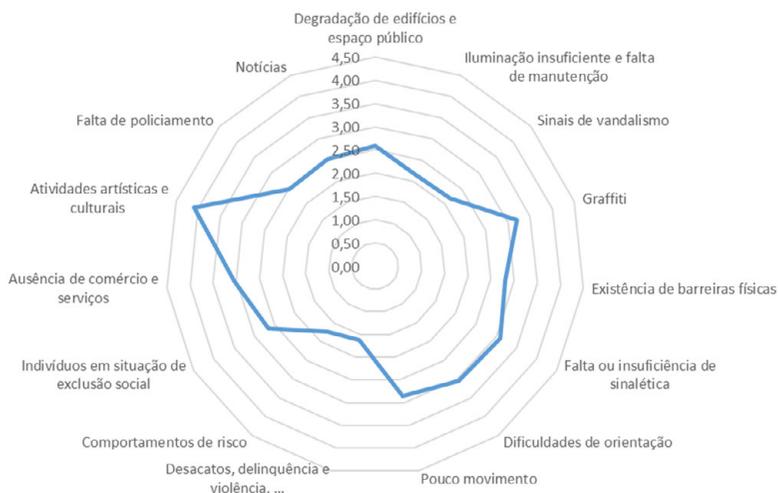


Figura 6: Fatores geradores de (in)segurança  
(Média de respostas obtidas, numa escala 1 - muito inseguro; 5 - nada inseguro)

Quando a mesma questão é feita relativamente a elementos ou situações presentes no espaço público (Figura 6), os “comportamentos agressivos; desacatos, delinquência e violência” e os “comportamentos de risco” foram assinalados como os maiores causadores de insegurança (média abaixo de 2), seguidos de “iluminação insuficiente e a falta de manutenção” e “sinais de vandalismo” ( $\bar{x} = 2.2$ ), e “falta de policiamento” ( $\bar{x} = 2.5$ ). Pelo contrário, a realização de “atividades artísticas e culturais” ( $\bar{x} = 4.1$ ) e a presença de “grafitis”, a “falta ou insuficiência de sinalética”, “a ausência de comércio e serviços” ou as “dificuldades de orientação” ( $\bar{x} = 3$ ), não são tidas como grandes geradores de insegurança.

### 3.4. ANÁLISE GEOGRÁFICA DA INSEGURANÇA

A percepção de (in)segurança encontra-se associada, muitas vezes, à ocorrência real de criminalidade (Agra, 2017; Hipp, 2016). Nesse sentido, compararam-se as respostas dos inquiridos sobre os locais que percecionam como mais inseguros, com a criminalidade registada pela PSP, aqui apresentada por freguesia por motivos de confidencialidade da informação (Figura 7).

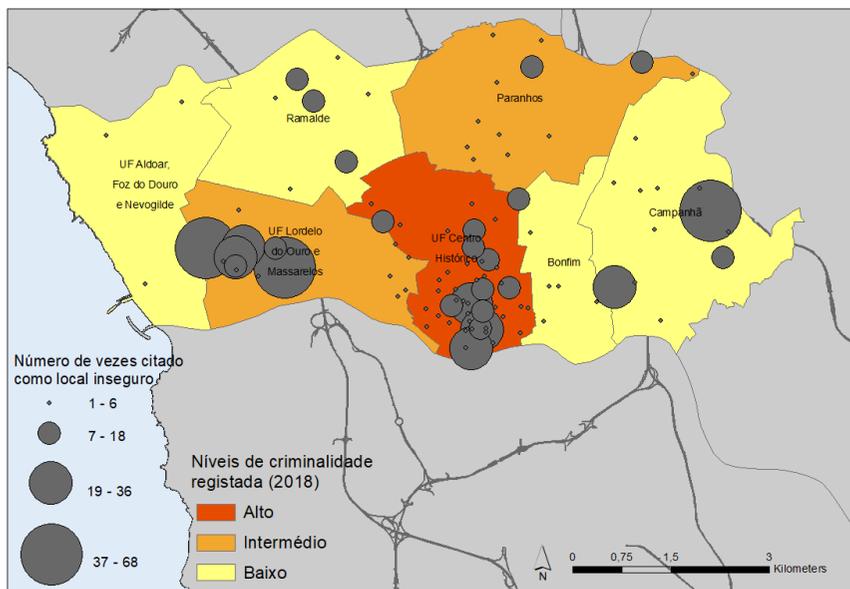


Figura 7: Criminalidade registada em 2018 por freguesia (em três níveis: Baixo, Intermédio e Alto) e locais mais vezes assinalados como inseguros pelos inquiridos

Os locais da cidade do Porto mais citados como sendo inseguros correspondem, precisamente, a bairros de habitação social (os chamados “bairros sociais”). O bairro do Cerco (localizado na freguesia de Campanhã) e os bairros do Aleixo e da Pasteleira (localizado na UF de Lordelo do Ouro e Massarelos) foram citados, cada um, por mais de 10% dos inquiridos. Outros bairros como os de Pinheiro Torres, Pasteleira Nova, Viso, Lagarteiro, Ramalde e Francos foram também referenciados. Dos inquiridos que não citaram qualquer local especificamente, a maioria respondeu também, simplesmente, “Bairros Sociais”. Os principais

motivos dados para os considerar inseguros foram a presença de consumo e/ou tráfico de estupefacientes e a falta de policiamento.

Outra tipologia de local referida foram as estações de metro (pe. Campanhã, Viso, Francos, Trindade, Pólo Universitário, entre outras), e diversos locais de centralidade; estudantil (Pólo Universitário da Asprela), de atividades de emprego, comércio e serviços (Rotunda da Boavista, a Baixa da cidade) e de turismo e vida noturna (pe. Ribeira, Sé, Cordoaria, Aliados e Trindade), maioritariamente localizados na parte central da cidade. Outras áreas destacadas no mapa incluem a Areosa, o Fluvial ou Lordelo do Ouro.

Existe alguma concordância entre as concentrações de locais percecionados como inseguros e as estatísticas de criminalidade. A freguesia central, que inclui a “baixa” da cidade (UF do Centro Histórico), e que possui comparativamente o nível mais alto de ocorrências, detém 50% dos locais referenciados pelos inquiridos. Comparativamente, uma das freguesias com níveis intermédios de criminalidade (UF Lordelo do Ouro e Massarelos) também detém fortes concentrações de locais percecionados como inseguros. Porém, estas concentrações existem igualmente em freguesias como Campanhã e Ramalde, que estão no nível mais baixo, comparativamente, de criminalidade estatística.

### 3.5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE FREGUESIAS

As diferenças existentes, ao nível das freguesias, entre a criminalidade estatística, a perceção de segurança e outras questões relativas ao sentimento de pertença e eficácia coletiva, estão representadas esquematicamente na Figura 8. Foram encontrados quatro grupos de freguesias, com relações diferentes entre a perceção (de todos os inquiridos), a realidade e a atitude dos residentes das próprias freguesias.



Grupo 1 – Campanhã e Bonfim



Grupo 2 – Ramalde e UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde



Grupo 3 - Paranhos



Grupo 4 – UF Centro Histórico e UF Lordelo do Ouro e Massarelos

Figura 8: Representação relacional dos níveis de Criminalidade Estatística; de Percepção de insegurança e da existência de problemas; e de Sentimentos de Pertença e Eficácia Coletiva, por grupos de freguesias (0 – Nível Baixo; 0.5 – Nível Médio; 1 – Nível Alto)

O Grupo 1 é composto pelas freguesias de Campanhã e Bonfim, do lado oriental da cidade. Caracteriza-se por ter baixos níveis de criminalidade estatística, algo que contrasta com uma forte percepção de insegurança. O Bairro do Cerco, o Bairro do Lagarteiro e a área em redor da estação de Campanhã estão entre os locais mais referidos como inseguros na cidade pelos residentes, estudantes e trabalhadores (Figura 7). Esta é também a área da cidade em que os residentes mais assinalaram problemas nas suas respostas ao inquérito. Estes incluem degradação do espaço público, maus passeios, acumulação de lixo ou iluminação insuficiente (40-50% dos residentes inquiridos); comportamentos de risco, descatos e delinquência ou vandalismo (30-50%); e, em Campanhã, a ausência de atividades culturais (75%) e de comércio e serviços (40%). Se estas são também as freguesias onde os moradores mais clamam por polícia nas ruas (em Campanhã, 92%) é de notar que, apesar de tudo, existe

algum sentimento de pertença, com os inquiridos a mostrarem-se relativamente preocupados com os seus vizinhos e com a manutenção do local onde vivem.

O Grupo 2 é composto pelas freguesias de Ramalde e UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, do lado ocidental da cidade. Como as freguesias do Grupo 1, possuem níveis baixos de criminalidade estatística, mas distinguem-se pela pouca referência, por parte dos inquiridos, a locais inseguros. Estes foram assinalados principalmente em Ramalde, correspondendo aos bairros de Ramalde e Viso (Figura 7). De igual forma, estes foram os residentes que menos assinalaram problemas locais. Um quarto dos inquiridos referiu a presença de comportamentos de risco, a ausência de atividades culturais e fracos transportes e, em Ramalde assinalou-se a necessidade de haver mais policiamento, mas outros fatores urbanístico-sociais foram apenas residualmente mencionados. Talvez por esse motivo, este é o grupo de freguesias que apresenta o maior sentimento de pertença e eficácia coletiva da cidade. Mais de 90% dos inquiridos assinalaram sentir-se bem em viver neste local; e mais de metade tem um forte grau de confiança nos vizinhos (em Aldoar atinge os 90%), está disposto a ajudá-los e preocupa-se coletivamente com a conservação do espaço urbano.

No Grupo 3 foi apenas considerada a freguesia de Paranhos, localizada a norte, por ter um comportamento distinto. Encontra-se num nível intermédio de criminalidade estatística e inclui também algumas zonas assinaladas pelos inquiridos como inseguras, como a Asprela e a Areosa (Figura 7). Os problemas assinalados também o foram de forma intermédia, destacando-se a ausência de atividades culturais e de equipamentos de lazer (40% dos residentes inquiridos); a acumulação de lixo, maus passeios e iluminação suficiente (30%) ou comportamentos de risco (26%). Contudo, esta freguesia destaca-se por ser aquela com o menor sentimento de pertença e eficácia coletiva medido. Apenas 30% dos residentes inquiridos referiram que se preocupam com a área residencial, sentimento igualmente percecionado em relação aos seus vizinhos, embora tenham apontado pouca união de vizinhança. Apenas 14% referiram que os vizinhos estavam dispostos a ajudar.

Por fim, o Grupo 4 compreende as freguesias centrais do Centro Histórico e de Lordelo do Ouro e Massarelos. Estas freguesias contêm os valores mais altos de criminalidade estatística da cidade e são aquelas, como anteriormente referido, onde mais foram assinaladas zonas inseguras pelos inquiridos (Figura 7). Foram também assinalados problemas pelos residentes (embora em menor grau do que aqueles do Grupo 1), incluindo passeios em más condições (30% dos residentes inquiridos), ausência de atividades culturais (25%) e de outros equipamentos de lazer e comércio/serviços. Especificamente em Lordelo, 40% dos inquiridos também assinalaram comportamentos de risco e a presença de pessoas em situação de sem-abrigo (consideradas geradoras de insegurança por estes inquiridos). Mesmo assim, e à semelhança do Grupo 2, destaca-se um grande sentimento de pertença e eficácia coletiva, com mais de 90% dos inquiridos a mostrar sentir-se bem por viverem nestes locais, e 40% a referir que se preocupam com a conservação dos espaços.

#### 4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Esta investigação preliminar, assente num inquérito implementado em 2020 na cidade do Porto, permitiu reforçar a necessidade de fazer convergir a investigação sobre segurança urbana para modelos integrados de análise, que alberguem quer componentes qualitativas e quantitativas, quer componentes objetivas e subjetivas. Três domínios distintos de análise foram abordados: 1) a dimensão da criminalidade registada (que, como consequência não inclui as chamadas “cifras negras” referentes à criminalidade não participada); 2) o sentimento de insegurança relativo aos espaços urbanos onde os indivíduos desenrolam as suas rotinas diárias; e 3) um sentimento de pertença e vizinhança dos indivíduos em relação ao meio envolvente. Como demonstrado, diferentes territórios comportam-se de diferentes maneiras. Portanto, estabelecer relações baseadas em diversos domínios da segurança urbana – e não apenas na criminalidade estatística – permite detetar padrões distintos e graus de causalidade que contribuam para um desenvolvimento mais eficaz de estratégias locais integradas de prevenção e planeamento (Araújo, 2019; Oneto, 2019), com vista à redução de vulnerabilidades sócio-espaciais (Marques *et al.*, 2019).

Estas conclusões dão um maior suporte aos mais recentes avanços no âmbito da criminologia ambiental, particularmente ao nível da Criminologia dos Lugares (Weisburd *et al.*, 2012; 2016) e da terceira geração CPTED (Mihinjac e Saville, 2019). A primeira defende a análise integrada da criminalidade e dos sistemas sociais a microescalas, pois estas escalas possuem elevada variabilidade (como a presente investigação comprova). A segunda, associa a conceção de espaços urbanos seguros a questões de sustentabilidade, saúde pública e qualidade de vida, enquadrados nos novos horizontes de planeamento/desenvolvimento das cidades.

Se todos estes elementos surgem como indispensáveis para refletir as políticas de prevenção nos contextos urbanos, é igualmente indispensável reconhecer a importância das análises espaciais na compreensão das especificidades de cada território. Não só em termos da perceção direta da distribuição geográfica da criminalidade (cf. Lei da Concentração do Crime; Weisburd, 2015), mas na compreensão integrada de como se relaciona com as características morfológicas da urbe, a distribuição socioeconómica e cultural e, conseqüentemente, as perceções de (in)segurança, espaço a espaço (Reid *et al.* 2020; Machado; 2019; Hunt, 2019; St. Jean, 2007).

Deste modo, esta investigação também permite suportar a noção de que, para além da criminalidade registada, a criminalidade percecionada (que pode ou não coincidir espacialmente com a registada) pode influenciar em larga medida o sentimento de (in)segurança (Sampson e Raudenbush, 2004). A perceção do indivíduo perante a cidade e os seus espaços depende não só das particularidades de cada contexto, mas também das características sociais e relacionais existentes, podendo ter várias origens e ser de natureza diversificada. A evidência, aqui apresentada, de que diferentes espaços urbanos assumem comportamentos distintos, reforça a investigação recente de Sani e Nunes (2013), Rêgo e Fernandes (2012), Kamalipour *et al.* (2014), Bastos (2020) ou Reid *et al.* (2020), sobre a importância das experiências pessoais e das representações externas na perceção da (in)segurança e do risco associado a elementos do espaço construído. Ao mesmo tempo, reforça, mais uma vez, a importância da base espacial com o fulcral ligante de todas estas dimensões.

Como consequência, destaca-se a importância das estratégias de base local de eficácia coletiva e da promoção do sentimento de pertença e comunidade, em articulação com ações de policiamento preventivo e comunitário (Skolnick e Bayley, 2006; St. Jean, 2007 Amante *et al.*, 2021). Por um lado, os Grupos de Freguesias 1, 2 e 3 analisados mostraram valores opostos de percepção e pertença. Por outro, entre 75%-85% dos residentes de todas as freguesias responderam concordar ou concordar muito (4 e 5 numa escala de 1 a 5) com a necessidade da população local assumir papéis interventivos nos processos de reabilitação; com a necessidade de maior envolvimento entre a polícia e a comunidade nos processos locais, numa lógica de coresponsabilidade; e com a necessidade de envolver a comunidade em mais iniciativas culturais no espaço público.

Tudo isto se reflete, mais uma vez, na necessidade de diferenciar as respostas, evitando soluções uniformes para todo o território. O desenvolvimento de diagnósticos locais e a implementação de estratégias específicas de planeamento, de conceção e gestão dos espaços e usos do solo, e de intervenção das organizações de segurança, são fundamentais para o sucesso das políticas públicas de segurança, como têm defendido autores como Weisburd *et al.* (2016) ou Oneto (2019). O desafio consiste em melhorar os mecanismos de realização de diagnósticos multivariados, como aquele aqui apresentado, e refleti-los, assiduamente, no desenvolvimento de políticas e estratégias de prevenção de base local.

Atualmente, o desafio prende-se igualmente com a inclusão de componentes espaço-temporais nos diagnósticos estratégicos, que avaliem os impactos das crises (quer a anterior crise económica, quer a atual crise pandémica) em vários domínios que afetam a segurança urbana: as mudanças nas atividades de rotina, as mudanças nos padrões de criminalidade e as mudanças nos contextos de vulnerabilidade territorial e social. Apenas desta forma, multivariada, integrada, e suportada por análises territorializadas, poder-se-á responder aos desafios presentes e futuros com políticas urbanas e espaciais orientadas para a redução da insegurança e das vulnerabilidades, e o aumento da qualidade de vida.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA, C. (2017). The Complex Structures, Processes and Meanings of the Drug/Crime Relationship. In *Drugs and Crime Deviant Pathways* Routledge.
- AMANTE, A., SARAIVA, M., MARQUES, T. (2021). Community crime Prevention in Portugal: an introduction to Local Safety Contracts. *Crime Prevention and Community Safety*. In press
- AMANTE, A., SARAIVA, S., MARQUES, T. (2020). A Segurança urbana na Geografia de Proximidade em Portugal. Livro de Atas do XII Congresso da Geografia Portuguesa “Geografias de Transição para a Sustentabilidade, Universidade do Minho, 58-63. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1ZmaI5eIjuQJIXOC3z4kZKspekv72xqzg/view>
- ANDRESEN, M. A. (2014). *Environmental criminology: Evolution, theory, and practice*. New York: Routledge.
- ARAÚJO, D. (2019). Segurança – conceito e percepções. In Conferência Segurança urbana: os municípios e a proteção do espaço público. Coimbra, Portugal.
- ARTELARIS, P. (2017). Geographies of crises in Greece: a social well-being approach. *Geoforum*, 84, 59-69.
- BASTOS, C. (2020). *A Geografia da (in)segurança: Percepção de insegurança e a sua relação com as características dos espaços na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Recuperado de <https://hdl.handle.net/10216/131423>
- BILMES, L. (2020). Rethinking U.S. National Security after Covid19. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, 26(3), 1-11.
- BOMAN, J., GALLUPE, O. (2020). Has COVID-19 Changed Crime? Crime rates in the United States during the Pandemic. *American Journal of Criminal Justice*, 45, 537-545.
- BRAGA, A., CLARKE, R. (2014). Explaining high-risk concentrations of crime in the city: Social disorganization, crime opportunities, and important next steps. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 51(4), 480-498.

- BROWN, K, ECCLESTONE, K., EMMEL, N. (2017). The Many Faces of Vulnerability. *Social Policy and Society*, 16(3), 497-510.
- CAMPEDELLI, G., AZIANI, A., FAVARIN, S. (2020). Exploring the Immediate Effects of COVID-19 Containment Policies on Crime: an Empirical Analysis of the Short-Term Aftermath in Los Angeles. *American Journal of Criminal Justice* (2020). Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s12103-020-09578-6>
- CLARKE, R., CORNISH, D. (1985). Modelling Offenders' Decisions: A Framework for Research and Police. *Crime and Justice*, 6, 147-185.
- COHEN, L., FELSON, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588-608.
- ESTÉVEZ-SOUTO, P.R. (2020). Crime and COVID-19: Effect of changes in routine activities in Mexico City. Recuperado de <https://doi.org/10.31235/osf.io/3jfwu>
- EUROSTAT (2019). Statistics explained. Recuperado de <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/>
- GALSTER, G., SHARKEY, P. (2017). Spatial foundations of inequality: A conceptual model and empirical overview. *Russel Sage Journal of the Social Sciences*, 3(2), 1-33.
- GARCIA, J. (2006). Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. *Educação Temática Digital*, 8(1), 121-130.
- GRAY, E., JACKSON, J., FARRALL, S. (2011). Feelings and functions in the fear of crime. *British Journal of Criminology*, 51(1), 75-94.
- GRÖNLUND, B. E DINIZ, M. (2016). *CP-UDP Mapping, Analyses and Learning*. Paper presented at the Safer Cities – Crime Prevention through Urban Design, Planning and Management, Athens
- HENSON, B., REYNS, B. (2015). The Onlu Thing We Have to Fear is Fear Itself...and Crime: The Current State of the Fear of crime Literature and Where It Should Go Next. *Sociology Compass*, 9(2), 91-103.
- HICKS, S., BROWN, S. (2013). Perceptions of risk: A review of the effects of individual and community-level variables on perceptions of risk. *International Review of Victimology*, 19(3), 249-267.

- HIPP, J. (2016). Collective efficacy: How it is conceptualized, how it is measured, and does it really matter for understanding perceived neighborhood crime and disorder? *Journal of Criminal Justice*, 46(1), 32-44.
- HUNT, J. (2019). From Crime Mapping to Crime Forecasting: The Evolution of Place-Based Policing. *NIJ Journal*, Issue 281, 1-6.
- IEP (2020). Global Peace Index 2020: Measuring Peace in a Complex World. Recuperado de [https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2020/10/GPI\\_2020\\_web.pdf](https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2020/10/GPI_2020_web.pdf)
- INE (2020). Instituto nacional de estatística. Recuperado de: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- INE (2012). Censos 2011 Resultados definitivos - Região Norte. Instituto Nacional de Estatística, I.P, Lisboa, Portugal. ISBN 978-989-25-0186-4. Recuperado de [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=156638623&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156638623&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)
- INNES, M. (20014). Signal crimes and signal disorders: notes on deviance as communicative action. *The British Journal of Sociology*, 55(3), 335-355.
- JACOBS, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Random House, New York, United States.
- KAMALIPOUR, H., MEMARIAN, G., FAIZI, M. (2014). Urban Crime and Pattern Conceptions: Departuring from Spatiality. *Open Journal of Social Sciences*, 2, 441-450.
- LEAL, J. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, Nº 23 Porto Alegre, 394-427.
- LEE, Y. (2014). Social vulnerability indicator as a sustainable planning tool. *Environmental Impact Review*, 44, 31-42.
- LEITE, M. (2005). Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Observatório da Cidadania, 66-70. Recuperado de [https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileir\\_0e2005\\_bra.pdf](https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileir_0e2005_bra.pdf)
- MACHARIA, P., JOSEPH, N., OKIRO, E. (2020). A vulnerability index for COVID-19: spatial analysis at the subnational level in Kenya. *BMJ Global Health*, 5:e003014.

- MACHADO, P. (2019). Segurança Urbana. In Conferência Segurança urbana: os municípios e a proteção do espaço público. Coimbra, Portugal.
- MADANIPOUR, A., WECK, S. (2015). Social exclusion and poverty in Europe: Territorial patterns. *Local Economy*, 30(7), 715-720.
- MARQUES, T., SANTOS, H., HONÓRIO, F., FERREIRA, M., RIBEIRO, D., TORRES, M. (2020). O mosaico territorial do risco ao contágio e à mortalidade por Covid-19 em Portugal Continental. *Finisterra*, 55(115): Número especial Covid-19, 19-26.
- MARQUES, T., SARAIVA, M., MATOS, F., MAIA, C., RIBEIRO, D., FERREIRA, M., AMANTE, A. (2019). Assessing territorial vulnerabilities and spatial inequalities: the case of Portugal. Book of Papers of AESOP2019 – Planning for Transition, Venice, Italy, 588-576. Recuperado de AESOP\_book\_of\_papers\_2.pdf (aesop2019.eu)
- MIHINJAC, M., SAVILLE, G. (2019). Third-Generation Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). *Social Sciences*, 8(6), 182.
- NEVES, A. (2020). O Crime e o Contexto: dois estudos de caso em Lisboa. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10362/107744>
- NEWMAN, P. (1972). Defensible space: crime prevention through urban design. Macmillan, New York
- OECD (2020). How's Life? 2020: Measuring Well-being. OECD Publishing, Paris. Recuperado de <https://doi.org/10.1787/9870c393-en>
- ONETO, I. (2019). Contratos Locais de Segurança. In Conferência Segurança urbana: os municípios e a proteção do espaço público. Coimbra, Portugal.
- ORNELAS, J., MONIZ, M. (2014). Formação em Psicologia Comunitária e os seus contributos pedagógicos para a Participação Cívica. *Educar em revista*, 53, 39-58.
- REID, I., APPLEBY-ARNOLD, S., BROCKDORFF, N., JAOVLJEV, I., ZDRAVKKOVIC, S. (2020). Developing a model of perceptions of security and insecurity in the context of crime. *Psychiatry, Psychology and Law*, Vol.0(0), 1-17.

- RÊGO, X., FERNANDES, L. (2012). As falas do medo: Convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), 51-191.
- SAINT-JEAN, P. (2007). Pockets of Crime: Broken windows, Collective efficacy, and the Criminal Point of View. The University of Chicago Press.
- SAMPSON, R., RAUDENBUSH, S. (2004). Seeing disorder: Neighborhood stigma and the social construction of “Broken windows”. *Social Psychology Quarterly*, 67, 319-342.
- SANI, I., NUNES, L. (2013). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 2(XXXI), 185-195.
- SANTOS, R. (2012). Crime Analysis with Crime Mapping. Radford University, Sage Publications.
- SARAIVA, M., NEVES, A. V., SANTOS, H., DINIZ, M., JOTA, L., & RIBEIRO, P. (2019). A Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED) em Portugal: revisão da literatura e redes de conhecimento. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 52, 7-24.
- SARAIVA, M., MATIJOSAITIENE, I., DINIZ, M., VELICKA, V. (2016). Model (my) neighbourhood – a bottom-up collective approach for crime-prevention in Portugal and Lithuania. *Journal of Place management and Development*, 9(2), 166-190.
- SARAIVA, M., PINHO, P. (2011). A comprehensive and accessible approach to crime prevention in the planning and design of public spaces. *Urban Design International*, 16, 213-226.
- SEABRA, H. (2005). Delinquência a preto e branco: Estudos de Jovens em Reinserção. ACIME, Porto. Recuperado de [https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/1\\_HMS.pdf/52f351c9-6dcb-4089-82eb-61c1cof59be6](https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/1_HMS.pdf/52f351c9-6dcb-4089-82eb-61c1cof59be6)
- SILVA, S. (2019). *Geografia da (in)segurança nos municípios do Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1822/65665>

- SKOLNICK, J., BAYLEY, D. (2006). Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo. EDUSP, São Paulo (Trad. Ana Pinheiro)
- SOUTH, S., MESSNER, S. (2000). Crime and Demography: Multiple Linkages, Reciprocal Relations. *Annual Review of Sociology*, 26, 83-106.
- SUCIC, I., KARLOVIC, R. (2017). Community Policing in Support of Social Cohesion. In P.S. Bayerl, R. Karlovic, B. Akhgar, G. Markarian (Eds), *Community Policing – A European Perspective Strategies, best Practices and Guidelines*, Springer, 7-9. Recuperado de [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-53396-4\\_2](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-53396-4_2)
- TANDOGAN, O., ILHAN, B. (2016). Fear of Crime in Public Spaces: From the View of Women Living in Cities. *Procedia Engineering*, Volume 161, 2011-2018.
- TULUMELLO, S., COTELLA, G., OTHENGRAFEN, F. (2020). Spatial planning and territorial governance in Southern Europe between economic crisis and austerity policies. *International Planning Studies*, 25(1), 72-87.
- TULUMELLO, S. (2018). Segurança urbana: tendências globais, contradições portuguesas e tempos de crise. In Carmo A., Ascensão E., Estevens A. (Eds), *A cidade em reconstrução. Leituras críticas, 2008-2018*, 73-80. Recuperado em <http://hdl.handle.net/10451/35174>
- TULUMELLO, S. (2014). Local Policies for Urban Security and Spatial Planning in the Lisbon Metropolitan Area: The cases of Lisbon, Cascais and Barreiro Municipalities. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10451/15721>
- UNDP (2019). Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21<sup>st</sup> century. Human Development Report 2019. United Nations Development Programme. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2019>
- VALERA, S., GUÀRDIA, J. (2014). Perceived insecurity and fear of crime in a city with low-crime rates. *Journal of Environmental Psychology*, 38, 195-205.

- WEISBURD, D., ECK, J., BRAGA, A., TELEP, C., CAVE, B. (2016). *Place Matters: Criminology for the Twenty-First Century*. Cambridge University Press, New York
- WEISBURD, D. (2015). The Law of Crime Concentration and The Criminology of Place\*. *Criminology*, 53(2), 133-157.
- WEISBURD, D., Groff, E. R., & Yang, S.-M. (2012). *The criminology of place: Street segments and our understanding of the crime problem*. Oxford: Oxford University Press.
- WORTKEY, R., TOWNSLEY, M. (2016). *Environmental criminology and crime analysis*. Routledge, New York